

Interpretação de Texto

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 10.

Governo desistiu de voltar com o horário de verão neste ano

A prática, que adianta os relógios em uma hora, era adotada anualmente em partes do Brasil para diminuir o consumo de energia pelo melhor aproveitamento da luz natural.

O governo atual começou a avaliar a volta da prática extinta em 2019.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse que, após uma última reunião com o Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), foi concluído que não havia necessidade para decretar a medida para este verão.

"Nós temos a segurança energética garantida, há o início de um processo de restabelecimento ainda muito modesto da nossa condição hídrica. Temos condições de, após o fim do verão, avaliar a volta dessa política em 2025", afirmou.

Em declarações de meses atrás, Silveira defendia a volta do horário de verão, sob argumento de que a medida cumpre dois objetivos importantes na gestão do sistema elétrico: garantir a segurança energética e a modicidade tarifária – isto é, que a conta de luz tenha preço justo.

O ministro frisou que o horário de verão sempre deve ser considerado, alegando que "ele não pode ser fruto de uma avaliação apenas dogmática ou de cunho político".

"É uma política que tem reflexos tanto positivos quanto negativos no setor elétrico e na economia; portanto, deve sempre estar na mesa para uma avaliação precisa do governo federal", declarou.

O horário de verão foi instituído pela primeira vez no Brasil em 1931 durante o governo de Getúlio Vargas.

"A prática dessa medida, já universal, traz grandes benefícios ao público, em consequência da natural economia de luz artificial", dizia o texto do decreto assinado por Vargas, datado de primeiro de outubro daquele ano.

A medida foi repetida em períodos seguintes, sem regularidade. A partir de 1985 — ano marcado por uma seca histórica, que resultou em blecautes e racionamento de água —, o horário diferenciado foi adotado anualmente, com duração e abrangência territorial definidas por decretos presidenciais.

Em 2008, um decreto tornou o horário de verão permanente, vigorando do terceiro domingo de outubro até o terceiro domingo de fevereiro do ano seguinte.

Em abril de 2019, o governo da época, também por decreto, extinguiu a prática.

O horário de verão costumava ser implementado entre o período de outubro a fevereiro. Já neste ano, caso fosse adotado, seria implementado somente a partir de

novembro.

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cg4q9vz7724o>. adaptado.

Questão 01

"Temos" condições de, após o fim do verão, avaliar a volta dessa política em 2025", afirmou.

O verbo destacado, nesta frase, comporta-se como um verbo:

- (A) Intransitivo.
- (B) Bitransitivo.
- (C) Transitivo indireto.
- (D) Transitivo direto.

Questão 02

O horário de verão foi instituído pela primeira vez no Brasil em 1931 durante o governo de Getúlio Vargas.

Assinale a opção correta quanto à nova pontuação sem alteração do sentido original da frase.

- (A) Pela primeira vez no Brasil o horário de verão, foi instituído em 1931, durante o governo de Getúlio Vargas.
- (B) Durante o governo de Getúlio Vargas o horário de verão foi instituído, pela primeira vez, no Brasil em 1931.
- (C) Durante o governo de Getúlio Vargas, o horário de verão foi instituído pela primeira vez no Brasil em 1931.
- (D) Pela primeira vez, no Brasil o horário de verão, foi instituído, em 1931, durante o governo de Getúlio Vargas.

Questão 03

É uma política que tem reflexos tanto positivos quanto negativos no setor elétrico e na economia; portanto, deve sempre estar na mesa para uma avaliação precisa do governo federal, declarou.

Analise a frase e assinale a alternativa correta.

- (A) "Precisa" deveria concordar com "mesa" em vez que "precisa" é adjetivo e "avaliação" e substantivo.
- (B) "Economia" e "setor elétrico" deveriam estar no plural para concordar com "reflexos".
- (C) Os termos "positivos" e "negativos" concordam com "reflexos", que é o objeto direto na frase.
- (D) Os termos "positivos" e "negativos" deveriam estar no singular para concordar com "política".

Questão 04

Há o início de um processo de restabelecimento ainda muito modesto da nossa condição hídrica.

Sintaticamente, é correto afirmar que, nesta frase:

- (A) "início" é o núcleo do sujeito simples da oração.

- (B) o verbo "haver" encontra-se como verbo impessoal.
- (C) na expressão "ainda muito modesto da nossa condição hídrica", encontra-se o núcleo do predicativo do sujeito.
- (D) os vocábulos "o de um processo de restabelecimento" são os adjuntos adnominais do sujeito.

Questão 05

O ministro de Minas e Energia disse que, após uma última reunião, foi concluído que não havia necessidade para decretar "a medida" neste verão.

Substituindo o termo destacado pelo pronome oblíquo adequado, tem-se:

- (A) O ministro de Minas e Energia disse que, após uma última reunião, foi concluído que não havia necessidade para decretá-lhe neste verão.
- (B) O ministro de Minas e Energia disse que, após uma última reunião, foi concluído que não havia necessidade para a decretá-la neste verão.
- (C) O ministro de Minas e Energia disse que, após uma última reunião, foi concluído que não havia necessidade para decretar-lhe neste verão.
- (D) O ministro de Minas e Energia disse que, após uma última reunião, foi concluído que não havia necessidade para decretá-la neste verão.

Questão 06

A prática dessa medida, já universal, traz grandes benefícios ao público, em consequência da natural economia de luz artificial.

De acordo com as regras de acentuação, é correto afirmar que:

- (A) "prática" e "consequência" são vocábulos acentuados pela mesma regra gramatical: a das paroxítonas.
- (B) "já" recebe acento por ser um vocábulo monossílabo tônico terminado em "a".
- (C) no vocábulo "consequência", a presença do trema tornou-se facultativa com a implementação das novas regras.
- (D) existe um vocábulo que permaneceu com acento diferencial após o novo acordo.

Questão 07

A prática, que adianta os relógios em uma hora, era adotada anualmente em partes do Brasil para diminuir o consumo de energia pelo melhor aproveitamento da luz natural.

O governo atual começou a avaliar a volta da prática extinta em 2019.

Considerando o uso de recursos coesivos no texto, qual é o termo ou expressão que retoma a prática discutida e contribui para a continuidade das ideias?

- (A) A expressão "o governo atual" retoma de forma coesiva a prática mencionada no primeiro período, indicando a continuidade da política energética.
- (B) A palavra "luz natural" no primeiro período substitui "horário de verão" de maneira coesiva, relacionando-se à principal função da medida.
- (C) A palavra "extinta" no segundo período retoma "adianta os relógios em uma hora" para explicar o funcionamento atual do horário de verão.
- (D) A expressão "da prática" no segundo período retoma a ideia do adiamento dos relógios mencionada no primeiro período, evitando a repetição direta e assegurando a coesão referencial.

Questão 08

Em declarações de meses atrás, Silveira "defendia" a volta do horário de verão.

Conjugando o verbo destacado no pretérito mais que perfeito do indicativo, tem-se:

- (A) Em declarações de meses atrás, Silveira defendeu a volta do horário de verão.
- (B) Em declarações de meses atrás, Silveira defendesse a volta do horário de verão.
- (C) Em declarações de meses atrás, Silveira defenderia a volta do horário de verão.
- (D) Em declarações de meses atrás, Silveira defendera a volta do horário de verão.

Questão 09

O ministro frisou que o horário de verão sempre deve ser considerado, alegando que ele não pode ser fruto de uma avaliação.

Assinale a opção em que todos os vocábulos pertençam à mesma classe gramatical.

- (A) ser – de
- (B) sempre - não
- (C) que - ele
- (D) de verão - de uma avaliação

Questão 10

O governo federal anunciou que o horário de verão não será retomado neste ano. Nos próximos meses, ele avaliará se a medida será adotada em 2025.

Com base no texto, qual alternativa sintetiza de forma mais ampla as informações sobre o histórico e o debate atual acerca do horário de verão no Brasil?

- (A) Desde sua primeira implementação em 1985, o horário de verão sempre foi aplicado anualmente com o objetivo de reduzir custos de energia. No entanto, o governo atual decidiu abolir definitivamente a prática devido a seus efeitos negativos no setor elétrico.

- (B) O horário de verão foi instituído em 1931 para economizar luz artificial, sendo implementado periodicamente até 1985, quando passou a ser adotado anualmente. O governo atual cogita retomar a prática em 2025, embora o ministro de Minas e Energia considere que a decisão deve ser embasada por uma análise precisa dos impactos no setor elétrico e na economia.
- (C) A adoção do horário de verão, abolida em 2019, sempre foi influenciada por pressões políticas. Atualmente, o governo descarta a possibilidade de retomá-lo, considerando-o desnecessário para o setor elétrico.
- (D) A implementação do horário de verão no Brasil, desde 1931, sempre teve efeitos positivos na economia e na estabilidade do sistema elétrico. Por isso, o governo federal considera a medida indispensável e está planejando sua aplicação já neste verão.

Raciocínio Lógico

Questão 11

Uma biblioteca possui 5 livros distintos e deseja-se selecionar 2 deles para uma apresentação. De quantas maneiras diferentes é possível escolher 2 livros entre os 5 disponíveis?

- (A) 20.
(B) 10.
(C) 5.
(D) 15.

Questão 12

Em uma gráfica, 3 impressoras idênticas conseguem imprimir 450 cadernos em 6 horas. Se a gráfica adquirir 5 impressoras idênticas e elas funcionarem durante 9 horas, quantos cadernos seriam impressos nesse período?

- (A) 1.320.
(B) 1.510.
(C) 1.250.
(D) 1.125.

Questão 13

Seja o conjunto A representado por "alunos que não gostam de matemática" e o conjunto B por "alunos que gostam de física". Dessa forma, qual é a alternativa que representa corretamente a afirmação equivalente a $\neg(\neg(A \cup B))$, segundo as Leis de De Morgan?

- (A) Alunos que gostam de matemática ou gostam de física.
(B) Alunos que não gostam de matemática nem de física.
(C) Alunos que não gostam de matemática ou gostam de física.

- (D) Alunos que não gostam de matemática e gostam de física.

Questão 14

Em uma pesquisa sobre hábitos de leitura com 200 estudantes, os seguintes resultados foram obtidos:

20% dos entrevistados leem 2 livros por mês.

30% leem 3 livros por mês.

50% leem 6 livros por mês.

Considerando os dados apresentados, e admitindo a leitura incompleta de livros representada na forma decimal, quantos livros um estudante lê em média?

- (A) 4,2.
(B) 4,3.
(C) 4,4.
(D) 4,1.

Questão 15

Considere as proposições a seguir:

p: "Hoje é quarta-feira."

q: "Amanhã será sexta-feira."

Considerando que p é verdadeira e q é falsa, é correto afirmar que:

- (A) "Hoje não é quarta-feira" é verdadeiro.
(B) "Hoje é quarta-feira e amanhã será sexta-feira" é verdadeiro.
(C) "Hoje é sexta-feira" é verdadeiro.
(D) "Se hoje é quarta-feira, então amanhã será sexta-feira" é falso.

Conhecimentos Específicos

Questão 16

Em cumprimento ao artigo 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Projeto de Lei Orçamentária Anual deverá ser elaborado de forma compatível com o plano plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias. A diretrizes orçamentárias devem ser apresentadas ao Poder Legislativo até a seguinte data:

- (A) 17/07.
(B) 22/12.
(C) 15/04.
(D) 31/08.

Questão 17

Risco de auditoria é a probabilidade de que o auditor emita uma opinião inadequada sobre as demonstrações contábeis que contêm distorções materiais. A suscetibilidade de uma afirmação sobre transações, saldos contábeis ou divulgações conter uma distorção que poderia ser material, individualmente ou em conjunto

com outras distorções, antes de considerar qualquer controle relacionado, caracteriza um risco:

- (A) Controlável.
- (B) Inerente.
- (C) De negócios.
- (D) Detectável.

Questão 18

No orçamento público, o ciclo orçamentário compreende um conjunto de quatro grandes fases, cuja materialização se estende por um período de tempo superior ao do exercício financeiro. As prerrogativas constitucionais que o Poder Legislativo possui para aperfeiçoar as propostas dos instrumentos de planejamento e orçamento enviadas pelo Poder Executivo, são denominadas de:

- (A) Emenda.
- (B) Projeto.
- (C) Comissão.
- (D) Portaria.

Questão 19

As cláusulas exorbitantes são cláusulas comuns em contratos administrativos, mas que seriam consideradas ilícitas em contratos entre particulares, pois são prerrogativas da Administração Pública. Uma dessas cláusulas é:

- (A) Condições de pagamento.
- (B) Data-base.
- (C) Fiscalização.
- (D) Periodicidade do reajustamento de preços.

Questão 20

Entre os tipos de auditoria de Controle Interno de entidades equiparadas à administração pública governamental, encontra-se Auditoria de Avaliação de Gestão, que tem como objetivo:

- (A) Atuar em tempo real sobre os atos efetivos e os efeitos potenciais positivos e negativos de uma unidade ou entidade, evidenciando melhorias e economias existentes no processo ou prevenindo gargalos ao desempenho da sua missão institucional.
- (B) Emitir opinião com vistas a certificar a regularidade das contas, verificar a execução de contratos, acordos, convênios ou ajustes, a proibidade na aplicação dos recursos públicos e na guarda ou na administração de valores e outros bens a ela confiados.
- (C) O exame dos registros e dos documentos e na coleta de informações e confirmações, mediante procedimentos específicos, pertinentes ao controle do patrimônio de uma unidade, entidade ou projeto.

- (D) O exame de fatos ou situações consideradas relevantes, de natureza incomum ou extraordinária, sendo realizadas para atender à determinação expressa de autoridade competente.

Questão 21

O COSO é tido como um referencial de como os sistemas de controle interno das organizações devem funcionar. O Cubo COSO, é uma representação gráfica do Sistema de Controle Interno, com três dimensões: Na primeira dimensão tem-se:

- (A) Categorias de objetivos.
- (B) Níveis da Estrutura Organizacional.
- (C) Avaliação de riscos.
- (D) Componentes de Controle.

Questão 22

As principais formas de regularização administrativa de um débito tributário inscrito em Dívida Ativa são o pagamento, o parcelamento, o reconhecimento da prescrição ou decadência, a compensação ou a procedência do pedido de revisão administrativa de débito inscrito. Para efetuar o pagamento e liquidação de algum débitos inscritos em Dívida Ativa, basta efetuar a emissão do respectivo:

- (A) NF.
- (B) IRPF.
- (C) DARF.
- (D) DAS

Questão 23

A análise documental visa à comprovação das transações que, por exigências legais, comerciais ou de controle, são evidenciadas por documentos, a exemplo de faturas, notas fiscais, certidões, portarias, declarações etc. A aplicação da técnica análise documental requer a consideração de alguns comandos ou elementos necessários à verificação da legitimidade dos documentos a serem analisados. Assinale a alternativa correta que se refere ao exemplo do elemento normalidade:

- (A) Verificar se o contrato foi lavrado junto às repartições interessadas.
- (B) Verificar se o objeto do contrato guarda relação com os atos do processo licitatório.
- (C) Verificar se o processo licitatório contém indicação do vencedor.
- (D) Verificar se a aquisição dos equipamentos está prevista no orçamento e no Plano de Desenvolvimento Institucional.

Questão 24

As avaliações externas podem ser uma avaliação externa completa ou uma autoavaliação com validação externa independente. Devem ser realizadas, por um

avaliador, ou uma equipe de avaliação, qualificado e independente, externo à organização, por pelo menos uma vez a cada:

- (A) Cinco anos.
- (B) Seis anos.
- (C) Quatro anos.
- (D) Três anos.

Questão 25

O orçamento do governo federal está estruturado em programas, a partir dos quais relacionam-se as ações, que são operações as quais geram os produtos, que contribuem para atender ao objetivo de um programa. Assinale a alternativa correta que se refere à ação assim descrita:

"São despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços."

- (A) Projetos.
- (B) Atividades.
- (C) Operações especiais.
- (D) Subsídios.

Questão 26

A receita pública pode ser definida como os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado, que se desdobram em receitas orçamentárias e extraorçamentárias. Quanto à afetação patrimonial, é um exemplo de receita classificada como não-efetiva:

- (A) Receita de contribuições.
- (B) Receitas tributárias.
- (C) Receita de alienação de bens.
- (D) Receita de serviços.

Questão 27

As visões do contador e do gestor financeiro são complementares, e devem ser integradas. Assinale a alternativa correta que se refere à administração financeira.

- (A) Regime de competência.
- (B) Balanço Patrimonial.
- (C) Fatos administrativos passados e futuros.
- (D) Balancete.

Questão 28

Os princípios orçamentários são aquelas regras fundamentais que funcionam como norteadoras da prática orçamentária. Assinale a alternativa correta que se refere ao princípio orçamentário que admite uma exceção que diz que a Lei Orçamentária Anual (LOA) poderá conter autorizações para abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito,

inclusive por antecipação de receita orçamentária.

- (A) Princípio da legalidade.
- (B) Princípio da exclusividade.
- (C) Princípio da universalidade.
- (D) Princípio da uniformidade.

Questão 29

A etapa da despesa pública do planejamento abrange todas as etapas anteriores à efetiva execução da despesa. As movimentações de parte do orçamento (mantidas as classificações institucional, funcional, programática e econômica) para que outras unidades administrativas realizem a despesa, indicam a seguinte fase do planejamento:

- (A) Fixação da despesa.
- (B) Programação orçamentária e financeira.
- (C) Licitação e contratação.
- (D) Descentralização de créditos orçamentários.

Questão 30

A nova Lei de Licitações 14.133/2021 em relação à antiga Lei 8.666/1993, trouxe um novo critério de julgamento de licitações. Esse critério é:

- (A) Maior retorno econômico.
- (B) Maior lance.
- (C) Melhor técnica.
- (D) Melhor técnica e preço.

Questão 31

No que diz respeito ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, considere as afirmações:

I. Ao Tribunal de Contas, no exercício do controle externo, compete prestar dentro de trinta dias, sob pena de responsabilidade, as informações solicitadas pela Assembleia Legislativa ou por suas comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas.

II. A jurisdição do Tribunal abrange, também, os representantes do Estado ou do Município na Assembleia Geral das empresas estatais e sociedades anônimas de cujo capital as pessoas jurídicas participem, solidariamente com os membros do Conselho Fiscal e de Administração, pela prática de atos de gestão ruinosa ou liberalidade a custa das respectivas sociedades.

III. A título de racionalização administrativa e economia processual, e com o objetivo de evitar que o custo da cobrança seja superior ao valor do ressarcimento, o Tribunal, em decisão definitiva, poderá determinar o arquivamento do processo, com o cancelamento do débito.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.

- (B) II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.

Questão 32

Conforme Instrução Normativa TCU Nº 47, de 27 de outubro de 2004, as tomadas de contas da Justiça Eleitoral, contados da data do encerramento do correspondente exercício financeiro, devem ser apresentados no prazo máximo de:

- (A) 210 dias.
- (B) 240 dias.
- (C) 150 dias.
- (D) 180 dias.

Questão 33

Um dos principais aspectos em trabalhos de auditoria é a correta aplicação de testes para que o auditor obtenha maior segurança na emissão de sua opinião demonstrada através do parecer. Nesse sentido, está INCORRETA a seguinte afirmação:

- (A) Os testes de observância são largamente aplicados em auditorias operacionais, onde a preocupação central do auditor é com respeito a se os colaboradores da organização respeitam as normas internas pré-estabelecidas.
- (B) Os testes de observância destinam-se em um primeiro momento a constatar a credibilidade dos procedimentos de controle da empresa, e não necessariamente os registros corretos das operações.
- (C) Como objetivos fundamentais dos testes substantivos, destacam-se a avaliação e a aferição.
- (D) O objetivo dos testes substantivos é proporcionar razoável segurança de que os procedimentos de controle interno estão sendo executados na forma determinada pela organização.

Questão 34

Os auditores internos devem empregar o zelo e as habilidades esperadas de um auditor interno razoavelmente prudente e competente. Sobre o zelo profissional que os auditores internos devem levar em consideração, assinale a alternativa correta.

- (A) A probabilidade de erros significativos, fraudes ou não conformidades.
- (B) A independência de mentorias e consultorias.
- (C) A certificação alcançada ao longo da sua formação.
- (D) A situação socioeconômica dos clientes auditados.

Questão 35

Os princípios que orientam as ações de controle interno constituem-se no conjunto de regras, diretrizes e sistemas que visam ao atingimento de objetivos

específicos. Assinale a alternativa correta que se refere ao princípio que estabelece que as tarefas administrativas sejam distribuídas de forma a não permitir que nenhuma unidade ou pessoa controle as suas próprias ações:

- (A) Delegação de poderes e definição de responsabilidades.
- (B) Controle sobre transações.
- (C) Segregação de funções.
- (D) Relação custo/benefício.

Questão 36

A dívida pública é o montante obtido pelo governo junto ao setor privado ou às agências multilaterais, para financiar suas ações. Quanto à forma, a dívida pode ser fluante, e é um exemplo desse tipo de dívida os(as):

- (A) Restos a pagar.
- (B) Obrigações financeiras assumidas em virtude de leis.
- (C) Serviços da dívida a pagar.
- (D) Depósitos.

Questão 37

São inúmeras as atividades atribuídas ao Controle Interno Municipal diante da sua missão fundamental de resguardar a gestão pública, preservar recursos e proteger o patrimônio. A condução do Processo Administrativo Disciplinar que visa apurar desvio de conduta de um servidor da área de educação do Município, é um exemplo de qual macro função atribuída ao Controle Interno?

- (A) Auditoria interna.
- (B) Controladoria.
- (C) Ouvidoria.
- (D) Corregedoria.

Questão 38

Das espécies de orçamento, classificadas de acordo com a sua função e técnica de elaboração, assinale a alternativa correta que se refere ao tipo de orçamento público que possibilita a passar a existir uma ligação entre o planejamento e as funções do orçamento, sendo este um dos grandes diferenciais em relação ao orçamento tradicional.

- (A) Orçamento de Desempenho.
- (B) Orçamento Participativo.
- (C) Orçamento Clássico.
- (D) Orçamento-Programa.

Questão 39

Os auditores internos devem comunicar os resultados dos trabalhos. Um relatório de auditoria bem redigido oferece à alta administração, ao conselho e a outras partes interessadas, um melhor entendimento dos

processos de governança, gerenciamento de riscos e controle da atividade auditada. O desejo das partes interessadas de continuar lendo um relatório depende, frequentemente, da impressão sobre:

- (A) Objetivos e escopo.
- (B) Recomendações.
- (C) As diretrizes gerais.
- (D) O sumário executivo.

Questão 40

O objetivo do auditor, ao usar a amostragem em auditoria, é o de proporcionar uma base razoável para o auditor concluir quanto à população da qual a amostra é selecionada. A amostragem estatística é aquela que permite a projeção do resultado encontrado para o restante da população, e deve atender determinadas características. Para avaliar os resultados das amostras, incluindo a mensuração do risco de amostragem, deve-se:

- (A) Calcular o grau de certeza.
- (B) Mapear o riscos calculáveis.
- (C) Fazer seleção aleatória dos itens da amostra.
- (D) Fazer uso da teoria das probabilidades.

